

MEDIAÇÃO: UMA FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Autor: Paulo Fernando da Silva – cap_fernando12@hotmail.com - FASP

Co-autor: Wiama de Jesus Freitas Lopes - uiama@uol.com.br - UFCG

Resumo

Esta pesquisa tem como norte investigar, objetivamente qual o nível de eficácia das aplicações dos acordos método-pedagógicos aplicados na sala de aula, em situações de ocorrências reais administrados por agentes lotados no 6º BPM. Neste trabalho torna-se latente o discurso de como melhor aplicar a malha curricular dos profissionais de Segurança Pública do Estado da Paraíba sugerida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, ao qual aborda o processo de resolução de conflitos através da intervenção mediadora em conflitos de convivência. A metodologia aplicada baseou-se em revisões bibliográficas e documentais, obtendo-se através da análise dos Boletins de Ocorrências do tipo poluição sonora, oriundas de um universo de 3.900 exarados entre os anos de 2002 e 2014, na cidade de Cajazeiras-PB, constatando-se uma redução de 23% da judicialização dos casos, resultando na melhoria do atendimento de ocorrências que necessitam de uma intervenção mediadora entre os envolvidos. Por causa disto, houve uma quebra do estereótipo do policial despreparado, violento e opressor. Pois, diante desta intervenção preconiza-se um outro sujeito idiossincrático e respeitador aos Direitos Humanos, longe dos estereótipos citados por de Michel Foucault e Ludwig.

Palavras chaves: Mediação, Polícia Militar, Currículo, Direitos Humanos

RESUMEN

En esta investigación tiene destinado a investigar, cual es del nivel de eficacia de las aplicaciones de los acuerdos enseñanza método aplicado en el aula, incidencias bajo las reales administran por agentes en concurrida 6º BPM. Este trabajo se convierte en el discurso de la mejor manera latente aplicando el plan de estudios del tejido profesional de Seguridad Pública del Estado de la Paraíba sugerido por el Nacional Departamento de Público seguridad-SENASP, que cubre el proceso de promover el conflicto a través del mediador de conflictos de convivencia de la intervención en los. Su metodología si documental de en una revisión y



obteniendo de basó de bibliográfica el análisis de los Boletines incidencias de ruido tipo, derivado de un universo de 3.900 formalmente registrado entre los años y 2002-2014, la ciudad de Cajazeiras-PB, señalando Si una reducción del 23% de la justiciabilidad de los casos, lo que resulta en mejorar las incidencias de servicio al cliente que requiere mediador. Gracias al esto produjo una ruptura si con el estereotipo de la policía y opresiva, malo preparada y violenta. Por lo tanto antes de esta intervención si defiende otro tema idiosincrático y respetuoso con los derechos humanos, lejos de los estereotipos citado por Michel Foucault y Ludwig.

Palabras clave: Mediación, Policía Militar, plan de estudios, Derechos Humanos

INTRODUÇÃO

O termo “Policia Militar” surge pela primeira vez em 1942 quando a Força Pública e o Exército brasileiro são convocados para a primeira guerra mundial junto aos Estados Unidos da América, sendo a Força Pública adaptada ao molde americano que contava na sua inúmeras divisões de Infantaria com um pelotão chamado de MP (Military Police). É de se chamar atenção que desde a Constituição de 1937, a Força Pública, já era denominada Força Auxiliar do Exército.

Nesta época, surgia uma figura civil política ao qual assumiria a presidência da República e colocaria fim ao sistema da República Velha e a sucessão governamental café-com-leite¹. Getúlio Vargas² promoveu mudanças no campo político e promoveu o

¹ Política do café com leite foi uma política que visava a predominância do poder nacional por parte das oligarquias paulista e mineira, executada na República Oligárquica entre 1894 e 1930, por presidentes civis fortemente influenciados pelo setor agrário dos estados de São Paulo - com grande produção de café - e Minas Gerais - maior pólo eleitoral do país da época e produtor de leite.

² Foi presidente do Brasil em dois períodos. O primeiro de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e que dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e de 1937 a 1945, como presidente-ditador, enquanto durou o Estado Novo implantado após um golpe de estado.



fortalecimento dos servidores públicos, inclusive os militares ao exaltar a necessidade de treinamento bélico e disciplinar.

Com o término da revolução constitucionalista³ o governo de Getúlio Vargas criou diversos dispositivos a fim de controlar as policiais civis e militares, tendo dois focos de controle: a formação e o contingente. A partir daqui, o exército passou a ditar os passos do ensino-aprendizagem, instruções e regulamentos das corporações. E sob a orientação e fiscalização do exército o aparato repressor foi ampliado com diversas possibilidades de aplicação que vão além do policiamento ostensivo.

Com o fim do governo getulista a força policial, já detinha poderes suficientes para ser regulado por uma Carta Magna do Brasil.

Art 183 - As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército.

Parágrafo único - Quando mobilizado a serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército (Brasil, 1946).

A polícia Militar nesta época, já tinha uma relação ambígua, pois existem boas razões históricas para a relação simbiótica e cristalizada entre a PM e o Exército e, por conseguinte, para a exacerbação de uma “crise de identidade das polícias militares e dos policiais militares” nos dias de hoje (Silva, 1990, p.179-191). É notório que não há diferença entre as atividades de ordem pública e a segurança interna.

³ Revolução Constitucionalista de 1932, Revolução de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido no Estado de São Paulo, Brasil, entre os meses de julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil. (Calmon, 1963, p. 39).



1 PERFIL PROFISSIONAL DO POLICIAL MILITAR ESTADUAL

Porém foi entre os anos de 1967, fim do Estado Novo, a 1988, redemocratização, que marcou profundamente as duas instituições. Quando surge a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) instituída pelo Decreto Lei 317, de 13 de Março de 1967, órgão vinculado ao então Ministério do Exército, com o objetivo de exercer o controle de tudo que fosse referente às corporações estaduais.

As principais funções da IGPM era planejar e acompanhar a formação dos integrantes das Polícias militares de todo Brasil. E ao longo de vários anos, teve como base a matriz militarizada do Exército que detinha-se em disciplinas de exercícios militares, operações contra-guerrilha invasão de territórios e subjugação do inimigo. Prolongando-se até a consolidação da Constituição democrática de 1988.

A IGPM, dentre outras atribuições, ficou responsável por padronizar o ensino das instituições policiais militares através dos princípios do Exército Brasileiro, de maneira que “[...] direcionava o ensino das corporações, lançando livros que eram incorporados ao conteúdo destinado à formação dos Policiais, do Soldado ao Oficial” (Veras, 2006).

Diante deste contexto, as primeiras orientações da Corporação Policial Militar surgem nas salas de aula e nos períodos de formação dos recém-ingressos. Para que possam adquirir os saberes necessários a prática profissional e “arrefecer o caráter original de cada um, transformar o conjunto diversificado em uma massa homogênea, capaz de responder, de modo reflexo, às ordens emanadas” (Ludwig, 1998, p. 36). Ou seja, durante a educação profissional a identidade policial é construída, paralelamente a incorporação de um “habitus”. E, nesse sentido, raramente não há espaços para debates na sala de aula. “Acostumar os soldados a marchar por fila ou em batalhão, a marchar na cadência do tambor. E, para isso, começar com o pé direito a fim que toda a tropa esteja a levantar o mesmo pé ao mesmo tempo” (Foucault, 1997, p.129). Pois, durante o tempo de formação, os policiais, obrigatoriamente por meios de



estratégias pedagógicas vivenciam aprendizados que visam antecipar ações que ofereça o máximo de realidade frente a situações de risco vividas pela profissão policial.

Um grande desafio na segurança pública é a transformação da cultura do policial, o qual tem em sua formação vestígios violentos oriundos de uma formação tradicionalmente voltada para atividades bélicas. O espírito de separação e isolamento se fez acompanhar da mentalidade do “nós contra eles” incutida na tropa em relação não apenas às agências rivais, mas também em relação à sociedade (Holloway, 1997). Porém, a guinada só pode ser concretizada através da mudança no eixo educacional de sua formação e concretizada por uma malha curricular mais humanizada e com conceitos subjacentes planejados.

2 CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DOS SOLDADOS DA PARAÍBA

Um currículo não é um conjunto de disciplinas ou conteúdos programáticos, mas é um projeto educativo que promove a interação entre professor e aluno e suas trocas de experiências, sendo o mesmo flexível. Neste contexto, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (órgão do Ministério da Justiça do governo brasileiro) é o principal articulador das competências necessárias que norteiam a formação dos integrantes das Polícias Militares Estaduais de todo Brasil; é importante também citar que a área de segurança pública é regida por quatro pilares: Saber fazer, aprender a conviver, saber ser e aprender a aprender. Diante deste contexto, o Núcleo de Pesquisa e Extensão do Centro de Ensino da Polícia Militar do Estado da Paraíba – NUPEX/CEPMPB, há anos educa os profissionais de segurança pública, em suas instalações, no Alto sertão do Estado da Paraíba (uma das unidades federativas do Brasil). E com esta responsabilidade, forma seus soldados, obedecendo a uma Matriz curricular e desenvolvendo atividades transversais para que os novos militares apreendam o máximo de conhecimento sobre a dinâmica da segurança pública. Desta forma, qualquer mudança na Matriz implica diretamente numa mudança cultural nas resoluções de problemas enfrentados pelos profissionais da área.

Diante disto, nos últimos 12 anos houve vários cursos de formação de soldados no Estado da Paraíba, com diversos períodos de duração e duas matrizes curriculares. No entanto, o ano de 1999 foi um marco importante na formação destes profissionais, pois foi nesta época que começou a se exigir o ensino médio completo para ingressar na corporação. Desde então, foram formados, na região do Alto Sertão, no 6º BPM, na cidade de Cajazeiras-PB, 06 (seis) turmas, a saber, nos anos de 2002, 2007, 2008, 2011, 2012, 2013, logrando êxito e cumprindo as disciplinas da matriz curricular, 180 policiais. Neste contexto, a matriz curricular sugerida pela SENASP foi aplicada nas últimas três turmas. O curso teve duração aproximada de 08 (oito) meses, tendo como objetivos principais: formar o recém-ingresso na instituição, desenvolver atitudes necessárias ao desempenho da função e demonstrar a responsabilidade para com a corporação, em particular a defesa dos Direitos Humanos. A formação deste soldado é um currículo de competências e seus principais objetivos envolvem criar condições de exercer a profissão e mediar as situações-problemas da sociedade, ao passo que ao professor (instrutor) ser um facilitador de experiências.

Já, durante a formação das turmas dos anos de 2011, 2012 e 2013 foi aplicada a Matriz Nacional sugerida pela SENASP e as ações formativas foram planejadas com base na matriz, com o objetivo de conciliar definitivamente o exercício da atividade de Segurança Pública com a prática da cidadania. As Ações Formativas de Segurança Pública, planejadas com base na Matriz, têm como objetivo geral favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância.

Os objetivos de cada disciplina devem ser pautados por verbos que permitam visualizar o comportamento que se espera do aluno no final de cada disciplina. Saber, saber fazer e saber ser, tendo os principais objetivos: 1) formar o soldado policial militar; 2) desenvolver as competências – cognitivas, procedimentais e atitudinais – necessárias ao desempenho da função; e 3) demonstrar a importância e a responsabilidade do mesmo para



com a corporação, em particular, com a sociedade. Diante desta nova realidade, a carga horária do Curso de Formação de Soldados, que era de 692 horas-aulas, ascendeu para 952 horas-aulas (acréscimo de 260 horas-aulas), com o implementação de conteúdos complementares, voltados para o atendimento as diversas crises e respeito aos direitos do cidadão através da mediação de conflitos do cotidiano social, que vão da pequena discussão no trânsito até situações complexas que envolvem vários órgãos públicos, tais como: Conselhos Tutelares, Centro de atendimentos de usuários de álcool e drogas e de assistência a crianças, mulheres e idosos.

4 AVALIAÇÃO

O Policial Militar deve ter consciência de que nos tempos atuais não cabe mais a um profissional de segurança pública ser autoritário, sem limites e sem compromisso com a cidadania. Sabe-se que a ordem é fruto da justiça e para alcança - lá é necessário ser um bom dosador de ações, lembrando sempre que a instituição policial militar é um instrumento de poder a ser empregado para a paz social. E como tal, deve ser grande garantidora dos direitos do cidadão, sendo seus componentes instrumentos da ordem.

Contudo, lamentavelmente há pessoas que defendem que a Polícia Militar só atua com eficácia quando realizar prisões, ou seja, quando age reativamente ao crime (após o delito). Ao contrário desta idéia, os militantes dos direitos humanos indicam que a eficácia se dá pela prevenção e a mediação de conflitos.

Para avaliar a aplicação da matriz curricular oferecida foi analisada a contravenção penal “poluição sonora”, pois a mesma oferece características de resolutividade que demandam do policial militar o emprego de seu preparo teórico, prático e intelectual, aliado a um alto grau de controle emocional e respeito à dignidade humana.

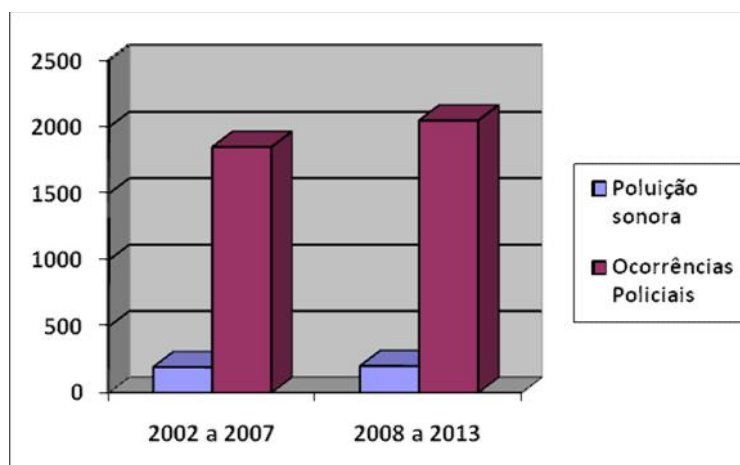
De um universo de 3.900 boletins de ocorrências oriundas da Seção de Planejamento, Estatística e Operações (P/3) do 6º Batalhão de Polícia Militar, no qual o autor está lotado; dentre estes, foram localizados 394 referentes a poluição sonora.



Depois de selecionados, eles foram divididos em duas amostras, por épocas de seu atendimento. A primeira amostra, com 75 (setenta e cinco) boletins dentro do marco temporal de 2002 a 2007 e a segunda, com mais 75, compreendidos no período de 2008 a 2013, somando um universo de 150 casos. E um dos melhores índices de verificação de eficácia é a mediação do conflito e sua resolução no local do chamado, sem necessidade de levar o caso à autoridade judiciária, ou seja, o delegado e sem o conseqüente processo judicial. Em síntese, os dados acima descritos podem ser apresentados de forma resumida na tabela a seguir:

Gráfico I

Número de ocorrência de poluição sonora frente a número total de ocorrências policiais em Cajazeiras, PB (2002-2013)



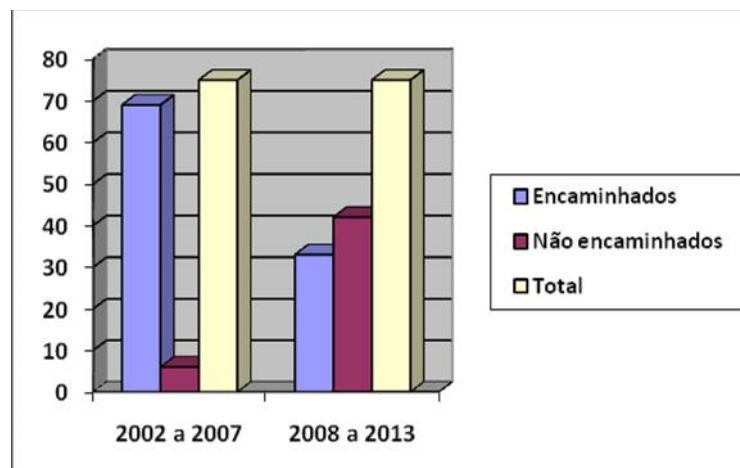
Fonte: Seção de Planejamento, Operações e Estatística do 6º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba.

Pela análise do gráfico I constata-se que o delito tipificado como poluição sonora representa 10,1% das ocorrências dos anos 2002 a 2013, demonstrando que esta ocorrência é típica da região e tem um índice relativamente alto em relação à quantidade total de crimes e contravenções penais previstos na legislação penal brasileira.



Gráfico II

Comparativo dos números de casos encaminhados e não encaminhados à delegacia em Cajazeiras, PB (2002-2013)



Fonte: Seção de Planejamento, Operações e Estatística do 6º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba.

Já no gráfico II constata-se que entre os anos de 2002 a 2007, apenas 8% dos casos de poluição sonora foram resolvidos com mediação do policial, sem a necessidade de condução à delegacia. Por outro lado, os policiais formados nos anos de 2008 a 2013 foram mais eficientes, conseguindo intervir através da mediação de conflitos em 23% das ocorrências, que não resultaram em condução à delegacia.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de uma Matriz curricular mais cidadã acarretou num melhoramento na eficácia no atendimento do da ocorrência na cidade de Cajazeiras-PB, principalmente naquelas que exigiam do policial maior preparo técnico profissional, maior nível de controle emocional e desenvolvimento dos principais conceitos sobre Direitos Humanos. Habilidades que só poderiam ser obtidas através do desenvolvimento de acertos dos acordos pedagógicos em sala de aula, reforçada pelo aumento da carga horária do Curso de Formação de Soldados



de 692 horas-aulas para 952 horas-aulas. Esse acréscimo da carga horária 260 horas no total do Curso de Formação acarretou ganhos tanto para as disciplinas voltadas às ciências sociais e humanas como aquelas de teor técnico-operacional. Com o acréscimo das atividades extracurriculares (palestras), aprimoramento da prática policial cidadã e comunicação institucional através de diversas parcerias com outras instituições: CRAS, CAPS, Alcoólicos Anônimos, Universidades, entre outras promoveu uma interdisciplinaridade do ensino para o desenvolvimento do currículo.

REFERÊNCIAS

Calmon, Pedro, O movimento constitucionalista. In: "História do Brasil". 2a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 6, cap. 37.

Foucault. Microfísica del poder. **Madrid: La Piqueta**, 1987.

_____. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

Holloway. Thomas H. Polícia do Rio de Janeiro: repressão e resistência em uma cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Ludwig, Antonio Carlos Will. **Democracia e ensino militar**. Cortez Editora, 1998.

Silva, Wellington Barbosa da; BARBOSA, Wellington. **Entre a liturgia eo salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Doutorado em História da UFPE. (Tese de Doutorado)–Programa de Pós-Graduado, 1990.

Veras, João Batista. **A formação do policial militar no Ceará: evolução e dilemas**. IN: O ensino policial: trajetórias e perspectivas. Lima, Maria Socorro Lucena e Lins de Vasconcelos, Cristiano (orgs) Fortaleza: UECE, 2006.